INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA
1975-2025

AGT
ADMINISTRAÇÃO GERAL TRIBUTÁRIA

FOLHA TRIBUTÁRIA

EDIÇÃO N.º 87 OUTUBRO 2025



AGT REFORÇA SENSIBILIZAÇÃO À PROMOTORES DE EVENTOS E CRIADORES DIGITAIS

JUSTINHO, O ASSISTENTE VIRTUAL DA AGT VIA WHATSAPP





AGT REFORÇA SENSIBILIZAÇÃO À PROMOTORES DE EVENTOS E CRIADORES DIGITAIS

A Administração Geral Tributária (AGT) promoveu, no dia 10 de Outubro, o Workshop sobre "Conformidade Fiscal no Sector do Entretenimento", no Auditório da Biblioteca e Sala de Exposições da instituição, em Luanda.

O evento reuniu promotores de eventos, produtoras, proprietários de salões de festas, músicos, influenciadores digitais, DJ's e mentores , com o objectivo de reforçar a consciencialização e as boas práticas tributárias neste dinâmico e crescente segmento económico.

Na abertura do encontro, o chefe de Departamento de Procedimentos Fiscais da Direcção dos Serviços Fiscais da AGT, Rúben Zeca, destacou que a iniciativa representa um esforço estratégico de aproximação da Administração Fiscal aos contribuintes, com vista a promover uma cultura de diálogo, transparência e co-responsabilidade entre o Estado e os agentes do sector.

"Cumprir as obrigações fiscais não deve ser visto apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso ético e cívico que contribui para o desenvolvimento sustentável do nosso País", sublinhou o responsável.

Rubén Zeca ressaltou ainda que a conformidade fiscal implica a manutenção de um cadastro actualizado, a entrega atempada das declarações fiscais e o pagamento pontual dos impostos devidos, práticas que, segundo o responsável, "garantem o acesso a benefícios fiscais".



Ao dirigir-se aos participantes, Rubén Zeca reforçou que a AGT reconhece a relevância social e económica do sector do entretenimento, destacando o seu contributo para a cultura, o bem-estar e a alegria do povo angolano.

"É precisamente por reconhecer essa relevância que a AGT procura, com humildade e abertura, ouvir, esclarecer e construir soluções conjuntas, alinhadas com a realidade e as particularidades deste mercado", afirmou. Durante o evento, o técnico da Direcção dos Serviços Fiscais (DSF) Elias Muambanji apresentou o tema "Regime Fiscal Aplicável no Sector do Entretenimento" onde destacou as taxas aplicáveis em sede do Imposto Industrial (II), as obrigações tributárias e penalizações, bem como os grupos de tributação previstos neste imposto. O orador abordou ainda as regras referentes ao Imposto sobre os Rendimentos de Trabalho (IRT), assim como as obrigações e penalidades em sede do IRT.

Por sua vez, o também técnico da DSF Salvador Cusssunga ao falar sobre a "Conformidade e Benefícios Fiscais Aplicáveis ao Sector do Entretenimento", centrou-se na implementação um Plano de Conformidade



Fiscal, nas vantagens da sua adopção e nos benefícios fiscais aplicáveis ao sector do entretenimento.

As exposições despertaram grande interesse e originaram um momento de debate franco entre os participantes, que partilharam as suas experiências e desafios no cumprimento das obrigações fiscais.

O workshop integra o conjunto de acções de educação e cidadania fiscal que a AGT vem promovendo, com enfoque no cumprimento voluntário das obrigações tributárias e na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.



REFORMAS FISCAIS E TRANSPARÊNCIA DOMINAM DEBATE ENTRE AGT E AMCHAM-ANGOLA

A Administração Geral Tributária (AGT) marcou presença, no dia 29 de Outubro, no debate sobre "Estratégia e Perspectivas Fiscais em Angola", promovido pela Câmara de Comércio Americana em Angola (AMCHAM-Angola), em Luanda.

O encontro reuniu decisores públicos e privados com o propósito de reforçar o compromisso conjunto na construção de um sistema fiscal moderno, justo e transparente, capaz de impulsionar o investimento e o desenvolvimento económico.

Na ocasião, o Presidente do Conselho de Administração da AGT, José Leiria, destacou o percurso da reforma fiscal iniciado em 2010, que visa modernizar, tornar mais justo e eficiente o sistema tributário angolano. Realçou que, apesar dos desafios inerentes, a AGT tem aprendido, escutado e trabalhado em estreita parceria com diferentes actores, entre os quais a AMCHAM-Angola, cuja colaboração tem sido determinante.



O responsável sublinhou ainda a implementação de um dos mecanismos de reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) mais eficientes de África, que permite a análise em 24 horas e o pagamento em até oito dias. "Na semana transata, foram pagos mais de 16 mil milhões



de kwanzas em reembolsos, o que demonstra o compromisso da AGT com a transparência, a eficiência e a confiança dos contribuintes", enfatizou José Leiria.

Por sua vez, o Presidente da AMCHAM-Angola, Pedro Godinho, sublinhou que a iniciativa representa um marco importante no diálogo entre o sector empresarial e a administração tributária, tendo reconhecido o contributo da AGT na melhoria do ambiente de negócios em Angola. Enfatizou ainda que, "num contexto económico desafiante, a previsibilidade e a transparência fiscal são determinantes para atrair investimentos e garantir competitividade", apelando à construção conjunta de uma estratégia fiscal sustentável.

O debate, moderado pelo director Executivo da AMCHAM-Angola, Neil Breslis, contou com intervenções técnicas de especialistas da AGT, entre os quais Luísa Januário, chefe do Departamento de Facturação Electrónica, Leandro Cruz, chefe do Departamento de Prevenção Fiscal, e Nuno Chaves, chefe do Departamento Técnico Jurídico. Os oradores abordaram temas como o IVA, a Facturação Electrónica e as novas tendências da política fiscal em Angola, com enfoque na inovação, simplificação e integração tecnológica.



Durante a sessão, os participantes apresentaram questões, partilharam experiências e propuseram medidas para o aperfeiçoamento das estratégias fiscais nacionais.

Estiveram também presentes outros representantes da AGT, nomeadamente o director da Direcção de Grandes Contribuintes, Denis Barbosa, a directora da Direcção dos Serviços Fiscais, Elsa Pereira, e o director da Direcção de Cobrança, Reembolso e Restituição, Hamilton Nihefe, além de responsáveis de várias empresas e instituições, entre as quais a Chevron, Azule Energy, ExxonMobil, Total Energies, GE Healthcare, Coca-Cola, ChampionX, GE Vernova, Test Angola, Prodoil, Africell, PwC, KPMG, Deloitte, entre outras.



PEDRO GODINHO DEFENDE DECISÕES FISCAIS BASEADAS EM CRITÉRIOS DE EQUILÍBRIO E REALISMO ECONÓMICO

O Presidente da Câmara de Comércio Americana em Angola (AMCHAM-Angola), Pedro Godinho, defende maior equilíbrio entre as necessidades do Estado e a realidade do sector empresarial.

Num momento em que Angola prossegue o seu processo de consolidação das reformas económicas e fiscais, o diálogo entre o sector público e o privado assume um papel determinante para a criação de um sistema tributário mais justo, previsível e competitivo. Neste contexto, entrevistámos Pedro Godinho, Presidente da AMCHAM-Angola, que partilhou a sua visão sobre os principais desafios fiscais que o País enfrenta, a importância da estabilidade tributária e o papel da AMCHAM na promoção de um ambiente de negócios mais equilibrado e sustentável.

Fundada a 3 de Agosto de 2017, a AMCHAM-Angola integra a rede global da Câmara de Comércio Americana, criada nos Estados Unidos da América em 1912, por iniciativa do então Presidente William Taft. Actualmente, existem 155 AMCHAMs em todo o mundo, sendo a mais antiga a do Brasil, fundada em 1917.

Em Angola, a AMCHAM representa sobretudo empresas do sector petrolífero e energético, sectores de grande peso económico e alta complexidade operacional. “As empresas americanas, quando estão fora do seu país, precisam de uma organização que funcione como sua voz e defensora. E esse é um dos papeis da AMCHAM-Angola”, explicou Pedro Godinho.



O dirigente sublinhou ainda o estreitamento das relações com a Administração Geral Tributária (AGT), destacando a importância do diálogo institucional. "Temos uma relação salutar com a AGT, baseada no respeito mútuo e no reconhecimento do papel que ambas as partes desempenham na construção de um ambiente económico previsível e transparente".

Questionado sobre os principais desafios enfrentados pelas empresas, Pedro Godinho apontou a estabilidade fiscal como o factor central.

"As empresas precisam de previsibilidade para planificar. Quando preparam os seus orçamentos anuais, consideram todas as obrigações fiscais. Se no ano seguinte surgirem novos impostos ou alterações repentinas, isso afecta directamente as margens de lucro e desincentiva o investimento".

O Presidente da AMCHAM-Angola alertou também para o impacto de impostos especiais sobre transacções cambiais e pagamentos em moeda estrangeira, que, segundo afirmou, podem reduzir significativamente a concorrência das empresas num contexto global cada vez mais exigente.

Competitividade fiscal e papel do Estado

Na perspectiva de Pedro Godinho, é essencial que a liderança do País encontre mecanismos de equilíbrio entre as necessidades fiscais do Estado e a realidade do mercado.

"Um Estado saudável e sustentável deve ver no sector privado o seu maior parceiro. As decisões fiscais precisam ser tomadas com base em critérios de equilíbrio e realismo económico, para que não se asfixie o tecido empresarial".

Como exemplo, o dirigente recorda o período da pandemia da COVID-19, em que muitas empresas ficaram paralisadas e, ainda assim, tiveram de cumprir pontualmente com as obrigações fiscais. "Houve casos em que as empresas não conseguiam pagar salários, mas continuavam obrigadas a entregar o Imposto sobre os Rendimentos de Trabalho. Seria importante que, em situações de força maior, houvesse alguma moratória ou flexibilização", disse.

Um diálogo construtivo com a AGT

Pedro Godinho destacou, igualmente, a abertura institucional da AGT e a disposição para o diálogo. "Temos solicitado várias reuniões com a AGT e temos sido ouvidos. Recordo que a primeira vez que nos reunimos com o Presidente do Conselho de Administração, José Leiria, foi numa altura em que o então Ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, manifestou grande sensibilidade às preocupações dos nossos membros. Desde então, temos mantido encontros regulares para expor dificuldades e propor soluções".

Segundo o Presidente da AMCHAM-Angola, essas interacções têm produzido resultados concretos, culminando em iniciativas como o recente debate sobre Estratégia e Perspectivas Fiscais em Angola, realizado a 29 de Outubro, no Hotel Intercontinental, que reuniu representantes da AGT e do sector privado.

"Devo reconhecer que houve uma evolução extremamente positiva do lado da AGT, sobretudo sob a liderança do PCA José Leiria. São guardiões do dinheiro do Estado, e reconhecemos o esforço que têm feito para criar um mercado tributário estável e confiável".

Ainda assim, Pedro Godinho considera essencial que, "sem abdicar do rigor, a AGT mantenha flexibilidade em situações excepcionais, pois muitas empresas encontram-se hoje em situação crítica, a clamar por maior sensibilidade institucional".

Sobre as prioridades estratégicas para o futuro, o presidente da AMCHAM defende uma abordagem que considere as condições macroeconómicas e sociais do País antes de se introduzirem novos impostos.

"O bom líder é aquele que consegue garantir o equilíbrio entre as necessidades do Estado e a realidade das empresas e dos cidadãos. Se não houver esse equilíbrio, as medidas fiscais podem ter efeitos desastrosos".

Reformas fiscais e competitividade regional

Pedro Godinho reconhece os avanços registados pelas reformas fiscais, mas alerta que Angola ainda precisa tornar-se mais competitiva.

CAIXA: "Durante muitos anos, Angola foi o único país da região com forte produção petrolífera. Hoje, países vizinhos como a Namíbia e Moçambique oferecem condições fiscais mais atractivas, o que tem levado várias empresas a transferirem as suas bases operacionais".

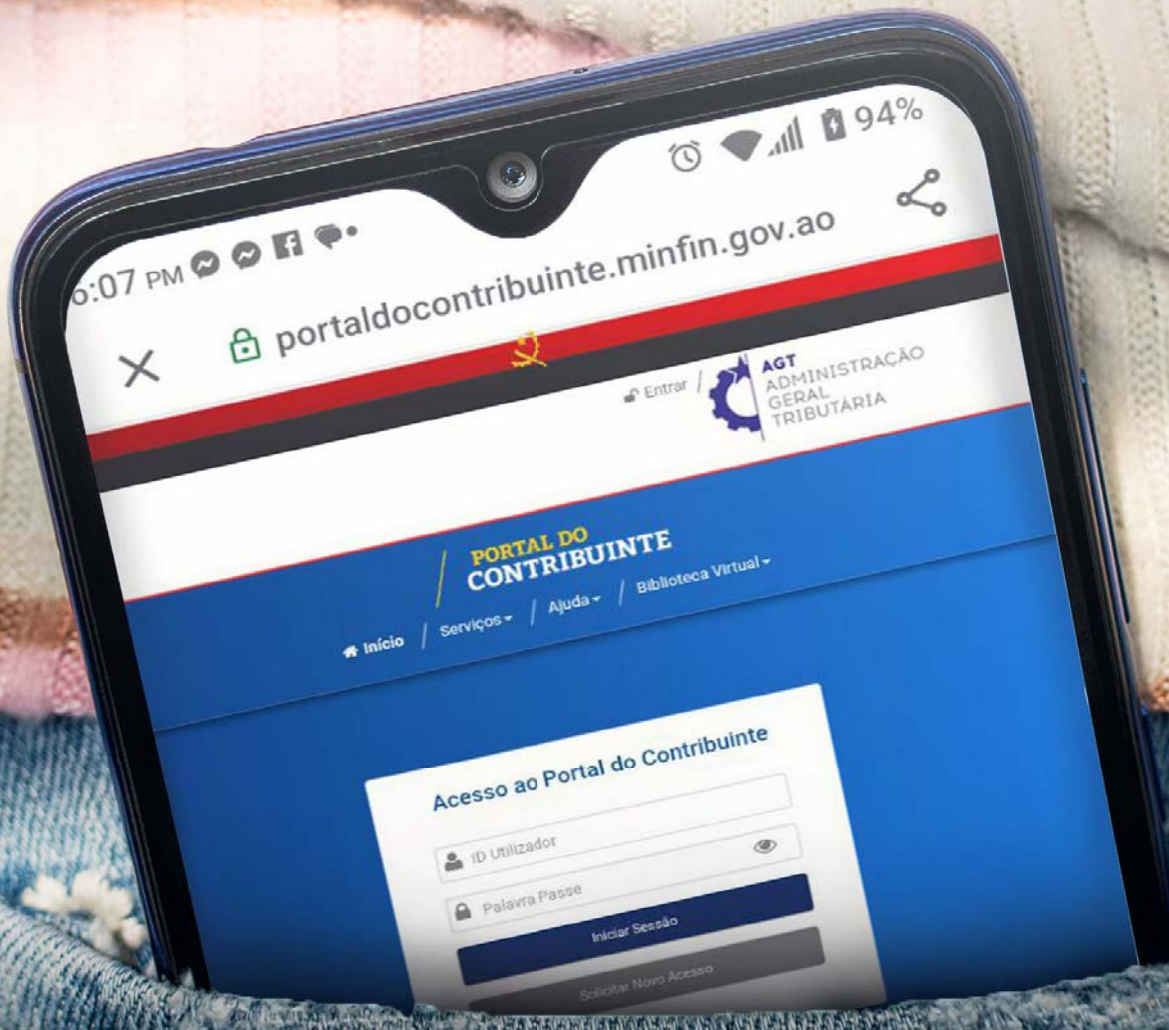
Com um olhar optimista, o líder da AMCHAM-Angola defende que o futuro fiscal do País depende de uma relação cada vez mais estreita entre a AGT e o sector privado.

"Esperamos que, nos próximos cinco anos, todas as decisões fiscais sejam tomadas com base numa análise profunda do mercado e das condições do cidadão comum. Essa é a nossa expectativa, esperamos, pedimos e sonhamos".

Para Pedro Godinho, o pagamento de impostos é mais do que uma obrigação legal — é um dever patriótico. "Pagar impostos é um dever de cada cidadão. É o que garante o desenvolvimento harmonioso e sustentável de uma nação", concluiu.

AGT
ADMINISTRAÇÃO
GERAL
TRIBUTÁRIA

A AGT cada vez mais próxima!



ANOS
INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DE ANGOLA
1975-2025

A VOZ DO CONTRIBUINTE

ENTRE *LIKES* E IMPOSTOS: PROFISSIONAIS FALAM SOBRE DESAFIOS DA CONFORMIDADE FISCAL

No encerramento do Workshop sobre Conformidade Fiscal no Sector do Entretenimento, promovido pela Administração Geral Tributária (AGT), a Folha Tributária ouviu alguns participantes sobre as suas experiências, percepções e desafios no cumprimentodas obrigações fiscais.



Danilo Castro
Influenciador Digital

Destacou a importância de o Estado compreender melhor as especificidades das novas dinâmicas económicas ligadas ao digital, onde muitos profissionais exercem actividades multifacetadas, como criadores de conteúdo, promotores de eventos ou influenciadores, que nem sempre se enquadram nos moldes tradicionais de tributação.

"É importante que o Estado também entenda as dinâmicas de áreas que ainda não são totalmente compreendidas, como o digital. Hoje, muitos de nós somos criadores de conteúdos, promovemos eventos, temos patrocínios e geramos receitas em plataformas internacionais, o que levanta dúvidas sobre como e onde devemos ser tributados", referiu.

O interveniente salientou ainda a necessidade de se criar grupos de trabalho ou fóruns temáticos que permitam à AGT compreender as particularidades do sector e, em conjunto com os contribuintes, ajustar a legislação e os mecanismos de fiscalização. "Nós queremos colaborar e contribuir, mas é fundamental que o Estado reconheça as nossas realidades. O sector do entretenimento está a crescer e movimenta valores expressivos. É preciso que a legislação acompanhe esse crescimento, garantindo justiça e equilíbrio na tributação", acrescentou.



Yonasa Almeida
Influenciadora Digital

Considerou o workshop "muito esclarecedor, sobretudo por evidenciar aspectos práticos sobre a forma como os trabalhadores independentes devem proceder quanto ao pagamento dos seus impostos".

"Dei conta que, além do que já tenho feito, ainda há muito mais que devo cumprir. Fiquei com esta responsabilidade de continuar a fazer a minha parte", afirmou.

Yonasa Almeida partilhou ainda a sua experiência com a emissão de facturas, um passo que deu após orientação profissional. "No início das minhas actividades não emitia facturas, porque também não tinha muitos trabalhos. Mas quando as empresas que me contratam começaram a exigir, procurei um contabilista sério, que me explicou sobre o programa de facturação certificado pela AGT, as taxas e os procedimentos. Desde então, nunca tive problemas".

Para a *influencer*, o cumprimento fiscal é um dever cívico. "Acho que todos devem cumprir com o seu dever. Temos rendimentos, então não custa nada contribuir. Assim evitamos problemas futuros e temos a consciência tranquila de que estamos a fazer a nossa parte".



José Xavier
Contabilista e Consultor Fiscal

Considerou a iniciativa da AGT "muito pertinente", destacando o papel de eventos semelhantes na criação de entendimento mútuo entre a Administração Fiscal e os profissionais do entretenimento.

"Com iniciativas como esta, consegue-se perceber o outro lado, o dos fazedores do entretenimento. Só conhecendo de perto as actividades é que o legislador poderá criar normas adequadas para tributar o sector de forma justa".

José Xavier, que presta serviços a vários profissionais do sector do entretenimento, reconhece que ainda há desafios ligados à literacia fiscal. "A princípio havia alguma resistência, porque não temos uma cultura de pagar impostos. O cidadão comum precisa entender que o imposto é o custo de viver em sociedade. É com essa contribuição que o Estado constrói estradas, escolas e infraestruturas sociais".

Como recomendação, o contabilista apelou à continuidade de iniciativas de diálogo e à sensibilidade da administração fiscal. "A AGT é parceira dos empresários. Nós, os contabilistas, estamos aqui para mediar essa relação e garantir que se pague o imposto justo. Mas é importante que a AGT realize mais encontros como este e seja sensível à realidade do mercado, que enfrenta muitas dificuldades. Atrasos acontecem e resultam em multas e juros. É preciso compreender o contexto".

No final, ficou o consenso entre os participantes de que a conformidade fiscal é um compromisso partilhado entre o Estado e os contribuintes. E quanto maior o diálogo e a compreensão mútua, mais forte será o sistema tributário e o contributo do sector do entretenimento para o desenvolvimento do País.



BOLETIM MENSAL DO IVA | SETEMBRO 2025

Em Setembro, o sistema de cadastro da AGT registou um total de 20.214 contribuintes no Regime Geral de tributação do IVA.
No Regime Simplificado, foram contabilizados 15.260...

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS



DECLARAÇÕES ADUANEIRAS | SETEMBRO 2025

No mês de Setembro de 2025, os serviços regionais tributários da Administração Geral Tributária registaram a submissão de 38 487 Declarações Aduaneiras nos seus distintos regimes aduaneiros...

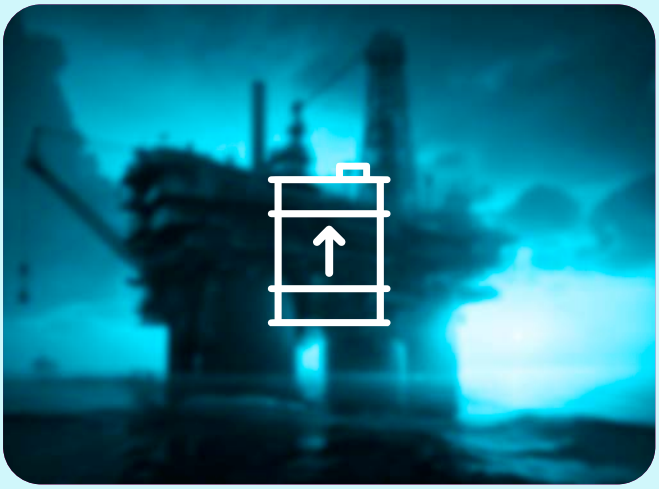
CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS



COMÉRCIO EXTERNO | RELATÓRIO DE SETEMBRO 2025

No mês de Setembro de 2025, as exportações de bens registaram uma redução de 10%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando US$ 2 672milhões...

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS



BOLETIM DE TRIBUTAÇÃO ESPECIAL | SETEMBRO 2025

Em 2026, a indústria global de petróleo e gás poderá entrar num contexto de relativa estabilidade, embora marcado por incertezas económicas e geopolíticas. O crescimento mundial deverá abrandar para cerca de 2,8%...

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS



AGT E PNUD REFORÇAM COMPETÊNCIAS EM AUDITORIA FISCAL E TRANSACÇÕES FINANCEIRAS

A Administração Geral Tributária (AGT), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizou, de 13 a 17 de Outubro, em Luanda, uma acção formativa dedicada ao tema "Auditoria Fiscal e Transacções Financeiras", ministrada pela especialista do PNUD, Rosa Maria Rodrigues de Abreu.

A sessão de abertura foi presidida pelo director da Direcção de Grandes Contribuições (DGC), Denis Barbosa, que destacou a importância da formação como uma oportunidade para aprofundar o conhecimento técnico e aprimorar a capacidade de resolução de casos complexos ligados às matérias tributárias abordadas.

Com o objectivo de fortalecer as competências dos gestores e técnicos da AGT, a acção abordou tópicos como análise de negócios e preços de transferência, planeamento tributário internacional, e estratégias de combate à Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (BEPS) — um dos principais desafios enfrentados pelas administrações tributárias de países em desenvolvimento.

Flávio Pinheiro, técnico da Unidade de Preços de Transferência (UPT), da Direcção de Grandes Contribuintes da AGT, considerou a formação "muito enriquecedora", sobretudo por abordar o sector petrolífero, área em que actua há cerca de um ano.

"Foi uma excelente experiência, pois permitiu-nos compreender melhor alguns aspectos já conhecidos sobre preços de transferência, agora vistos sob uma perspectiva mais prática".



Sobre o fortalecimento da área de Preços de Transferência, o técnico defendeu a necessidade de formar mais especialistas para disseminar o conhecimento e capacitar os quadros da AGT. "Considerando que temos mais de 400 grandes contribuintes, seria ideal termos uma equipa entre 15 e 20 técnicos dedicados a esta matéria, apoiados por parceiros como o Instituto Nacional de Estatística, o sistema bancário e bases de dados financeiras".

Por sua vez, Denise Almeida, também técnica da Unidade de Preços de Transferência, destacou que a formação "representou mais um passo importante para o reforço do conhecimento técnico. A matéria é complexa e exige um nível elevado de investigação e vontade de aprender".

Entre as ferramentas mencionadas durante a formação, sublinhou a importância dos mecanismos de prevenção e análise de risco, utilizados por outras administrações tributárias. "Há sistemas que realizam uma pré-filtragem dos contribuintes a fiscalizar, orientando o tipo de auditoria a ser realizada. No nosso caso, já dispomos de muita informação, mas precisamos organizá-la melhor para identificar os aspectos mais relevantes".

Shynia Jordão, técnico da mesma unidade, considerou a formação "altamente relevante e motivadora", especialmente por se tratar de um tema novo para muitos dos participantes. Segundo Shynia Jordão, os conhecimentos adquiridos serão aplicados gradualmente, à medida que novas análises e auditorias sejam realizadas, sobretudo no sector petrolífero.

"Os preços de transferência são um verdadeiro gigante adormecido, uma fonte de receitas significativa para o País. Com mais capacitação e reforço técnico, poderemos explorar todo o potencial dessa área".



ESPECIALISTA DO PNUD RECONHECE AVANÇOS DA AGT NA FISCALIZAÇÃO E NA INTEGRIDADE FISCAL

No final da formação sobre "Auditoria Fiscal e Transacções Financeiras", a Folha Tributária manteve uma conversa com a especialista do PNUD, Rosa Maria Abreu, que falou um pouco da sua trajectória profissional e a relevância dos Preços de Transferência, que considerou ser "um tema complexo, mas que se trabalha com estudo e trabalho em equipa".



Quem é Rosa Maria Abreu e qual o seu papel nesta formação?

Sou consultora do projecto Inspectores Fiscais Sem Fronteiras, uma iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e do PNUD. Trabalhei 25 anos na Administração Fiscal da Venezuela e, após a reforma, passei a integrar esta rede de especialistas que apoia administrações tributárias em vários países.

Por que razão os preços de transferência são considerados um tema tão complexo?

Porque envolvem muitos factores e não há verdades absolutas. É preciso estudar bastante e discutir em grupo. A AGT tem



boas ferramentas e técnicos bem preparados. Para lidar com a complexidade, o essencial é a análise e a lógica, se uma transacção entre partes relacionadas não faz sentido no mercado normal, então precisa ser revista.

Em que países encontrou realidades semelhantes à de Angola?

Há muitas semelhanças com países da América do Sul e de África. Trabalhei no Quénia, que enfrenta desafios com o sector mineiro, e também no México, Chile, Espanha e China. No fundo, os problemas são parecidos. As empresas multinacionais tendem a transferir lucros para jurisdições de baixa tributação, o que reduz as receitas dos países em desenvolvimento.

Que recomendações deixa à AGT para o futuro?

Primeiro, nivelar o conhecimento entre os técnicos. Há novos quadros que precisam de alcançar o mesmo patamar dos mais experientes. Depois, aproveitar melhor as bases de dados e ferramentas tecnológicas já existentes, que são comparáveis às usadas em administrações de países desenvolvidos. E, claro, continuar a estudar e partilhar experiências.

Falou também sobre o papel do sistema judicial nos litígios tributários. Porquê essa preocupação?

Porque à medida que a fiscalização se torna mais rigorosa, os litígios com empresas multinacionais tendem a aumentar. Em países como Moçambique, há dificuldades porque os juízes não têm formação específica em matérias de preços de transferência. Isso pode comprometer a justiça fiscal. Por isso, é importante formar também os magistrados.

Do ponto de vista da comunicação institucional, o tema deve ser tratado com reserva ou abertura?

Com equilíbrio. É preciso cautela, mas também transparência. Quando as empresas percebem que a Administração está informada e atenta, tendem a agir com mais responsabilidade. Um diálogo aberto e pedagógico com os contribuintes ajuda a prevenir problemas.

Como avalia o caminho que Angola está a seguir em matéria de integridade fiscal?

Angola está no caminho certo. Vejo uma Administração comprometida, profissional e aberta à cooperação internacional. Isso é essencial para proteger a base tributária e garantir que os recursos fiquem no País, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.



QUATRO NOVOS POSTOS FISCAIS REFORÇAM COMODIDADE E ACESSO DOS CONTRIBUINTES AOS SERVIÇOS DA AGT

Durante o mês de Outubro, a Administração Geral Tributária (AGT) deu mais um passo na estratégia de descentralização e aproximação dos serviços fiscais às comunidades, com a inauguração de quatro novos Postos de Atendimento Fiscal (PAF), localizados nas províncias da Huíla e do Cuando.

As inaugurações, presididas pelo administrador da AGT Luís Sambo contaram com a presença de distintas autoridades locais, representantes da administração pública, forças de segurança, líderes tradicionais e técnicos da instituição, simbolizando o compromisso da AGT em garantir um serviço fiscal mais próximo, eficiente e transparente.

Na província da Huíla, entre os dias 24 e 27 de Outubro, foram inaugurados o Posto Fiscal do Bairro Comercial, no município do Lubango, o Posto Fiscal de Caluquembe e o Posto Fiscal de Cacula, ambos como extensões da Repartição Fiscal da Humpata.

As cerimónias contaram com a presença de administradores municipais, delegados do Ministério do Interior, representantes do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado de Angola (SINSE), autoridades comunais, entidades religiosas e tradicionais.

Em representação da AGT, participaram ainda os chefes de Departamento da 5.ª Região Tributária, o chefe da Repartição Fiscal do Lubango, Estêvão Aguiar, e a chefe da Repartição Fiscal da Humpata, Ana Albano, responsável pela apresentação técnica das novas unidades.

No seu discurso, o administrador Luís Sambo destacou que a criação destes postos visa



"desafogar a Repartição Fiscal da Humpata e facilitar o atendimento aos munícipes, sobretudo pela grande distância entre as localidades e a capital da província", tendo reforçado que a descentralização dos serviços é essencial para a melhoria do relacionamento entre o fisco e os contribuintes.

Já no dia 31 de Outubro, foi inaugurado o Posto Fiscal do Cuito Cuanavale, na província do Cuando, numa cerimónia presidida igualmente pelo administrador Luís Sambo, acompanhado pela directora da 6.ª Região Tributária, Cristina Muengo.

O acto contou com a presença do governador em exercício da província do Cuando, Manuel Fernandes, do delegado provincial das Finanças, João Diakondua, do administrador municipal do Cuito Cuanavale, Nelson João N'gundo, do comandante da Unidade Fiscal Aduaneira do Cuando, superintendente Manuel Peanda, bem como de autoridades tradicionais, com destaque para o Rei do Cuito Cuanavale e demais entidades locais.
Na ocasião, o administrador Luís Sambo salientou que a abertura do PF do Cuito Cuanavale "representa um passo importante na estratégia da AGT de aproximação dos serviços fiscais às comunidades, promovendo uma gestão tributária mais eficiente, inclusiva e transparente, para garantir maior comodidade aos contribuintes e às empresas locais".

A cerimónia foi marcada por momentos simbólicos, como o corte da fita e o descerramento da placa inaugural, que oficializaram a entrada em funcionamento do novo posto. Seguiu-se uma visita guiada às instalações, onde as autoridades puderam constatar as condições criadas para assegurar um atendimento de qualidade aos cidadãos e agentes económicos da região. E por fim uma visita de cortesia às autoridades locais e tradicionais.

Com estas inaugurações, a AGT reforça o seu compromisso de assegurar que os serviços tributários estejam cada vez mais próximos dos contribuintes e contribuam para o desenvolvimento económico local.

SABIA QUE?

1

A emissão de factura electrónica será obrigatória a partir de Janeiro para operações de venda de bens, prestação de serviços, adiantamentos ou pagamentos antecipados que ocorram em território nacional.
Com base no o **Decreto Presidencial n.º 71/25**, essa obrigatoriedade será implementada de forma faseada.

2

Numa primeira fase, apenas os contribuintes cadastrados na primeira e segunda Repartição Fiscal de Grandes Contribuintes e os fornecedores do Estado estarão obrigados a emitir factura electrónica.
Este período transitório tem a duração de 12 meses.

3

As facturas devem ser emitidas por meio de software certificado pela AGT, que permita a transmissão, em tempo real, das informações relativas às operações.



A MINHA OPINIÃO

O REGIME JURÍDICO DAS FACTURAS EM ANGOLA: UM NOVO PARADIGMA PARA A FORMALIZAÇÃO ECONÓMICA

GARCIA HEBO - GABINETE DE PLANEAMENTO, CONTROLO DE GESTÃO COOPERAÇÃO DA AGT

O processo de reforma tributária em Angola avança firmemente na consolidação de um sistema fiscal adaptado à realidade nacional, buscando atender às expectativas do Estado, das empresas e das famílias. Gostaria de compartilhar uma experiência marcante vivida em 2019, no início da vigência do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes (RJFDE), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 292/18, de 3 de Dezembro.

O processo de reforma tributária em Angola avança firmemente na consolidação de um sistema fiscal adaptado à realidade nacional, buscando atender às expectativas do Estado, das empresas e das famílias. Gostaria de compartilhar uma experiência marcante vivida em 2019, no início da vigência do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes (RJFDE), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 292/18, de 3 de Dezembro.

Nessa altura, dirigi-me ao mercado do Kifica e a vendedora que habitualmente me vendia lâmpadas para uso doméstico tinha um bloco de facturas emitido por uma gráfica autorizada. A minha questão foi: "Por que motivo está a emitir facturas?" Ela respondeu que tinha muitos clientes que eram empresas e estes solicitavam facturas para que o negócio fosse formalizado. "E eu, como particular, posso emitir uma factura?", perguntei. "Sim, posso", respondeu ela.

Nesse momento, percebi que estávamos a dar passos significativos rumo à formalização da economia. Hoje, é comum ouvir, entre diversos operadores económicos, nacionais e estrangeiros, frases como "Quer factura?", "Amigo, quero factura!". Essas manifestações, em português mais ou menos elaborado, evidenciam a mudança cultural em curso.

Olhando para trás, com aproximadamente cinco anos de vigência do RJFDE, percebe-se que ainda há um longo caminho a percorrer. No dia-a-dia, observa-se a realidade na aplicação das normas fiscais por parte dos operadores económicos – alguns com domínio da matéria, outros com conhecimento limitado, e muitos ainda navegando "assim-a-assim". Enquanto uns registam rigorosamente a suas transacções em facturas, outros optam por não fazê-lo, negligenciando a documentação.

CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS



PSICOLOGIA DO DINHEIRO

ENSINANDO O BÁSICO AOS FILHOS

FÁTIMA SAMPAIO FERNANDES I PSICÓLOGA DA SAÚDE I CEP 2148

Ensinando o básico aos filhos

Em consultório, reparo que sempre que os pais – e principalmente as mães – falam da educação que dão às crianças e explicam a importância de "ensinar o básico" referem, sem excepção, ensinar a cozinhar e lavar a loiça: "Têm de saber o básico, doutora, têm de saber cozinhar e lavar a própria loiça! É o básico". Isso em relação à educação dos meninos, porque no respeitante à educação das meninas, cozinhar e lavar a loiça nem sequer é questionável, consideramos que faz parte do seu DNA.

Tendo em conta a minha experiência em consultório, não posso considerar que cozinhar e lavar a loiça sejam o básico para se ser feliz, bem-sucedido, organizado, bem resolvido, ou outros. Na verdade, e a menos que os meus pacientes tenham uma paixão pela arte da culinária, o saberem ou não cozinhar e lavar a loiça não costuma surgir em terapia.

Por sua vez, vários ensinamentos básicos que deveriam, sim, ter estado presentes na educação das crianças surgem como enormes espaços vazios. O verdadeiramente básico não é, muitas vezes, ensinado, e a ausência desses ensinamentos é responsável por muito sofrimento, inclusivamente na área das nossas finanças, como veremos a seguir.

Estes são alguns ensinamentos básicos, que poderão tornar o seu filho mais forte e consciente, quando tiver de organizar a sua vida financeira no futuro:

Elogiar as capacidades da criança.

Há um provérbio africano que diz: "Como lhe chamam gato selvagem, ele põe-se a roubar galinhas". Quando dizemos aos nossos filhos que eles não são atraentes ou inteligentes, destruímos a sua auto-

estima e a sua autoconfiança. Se queremos que eles tenham confiança em si mesmos para, um dia, gerirem com inteligência e sensatez a sua vida financeira, devemos fortalecer a sua autoconfiança desde cedo. Devemos dizer aos nossos filhos que eles são lindos e inteligentes! E não estaremos a mentir, até porque: primeiro, são nossos filhos, e ninguém é mais bonito nem mais inteligente do que os nossos filhos; segundo, a beleza é um conceito extremamente relativo e as inteligências são múltiplas. E não: não vão ficar convencidos e arrogantes. Vão ficar auto-confiantes, e vão ver o mundo como tendo pessoas bonitas e inteligentes também. Afinal, nós vemos o mundo como acreditamos que nós somos.

Respeitar o dinheiro da criança.

As crianças aprendem sobre respeito sendo respeitadas! Se queremos que elas nos respeitem, como amor e sem medo, devemos começar por dar o exemplo. Afinal, nós somos os modelos para os nossos filhos. O respeito pelas crianças passa também pelo respeito pelo seu dinheiro (mesada, oferta dos avós ou dos tios, dinheirinho conseguido por um pequeno trabalho que fez, ajudando-nos). Ensine os seus filhos a guardarem o dinheiro e explique que só eles podem mexer nesse dinheiro. Não os obrigue a entregarem-lhe o dinheiro deles. Ao respeitar o dinheiro dos seus filhos, estará a ensinar-lhes autonomia e integridade.

Ensinar a poupar uma parte do dinheiro recebido.

Se os seus filhos receberem dinheiro de presente, explique-lhes que podem, sim, comprar doces ou brinquedos, mas que devem poupar sempre uma parte (30%, por exemplo), para poderem juntar para comprar algo maior, mais tarde, ou só para terem dinheiro, que é sempre uma segurança. Deste modo, os seus filhos aprenderão que o dinheiro é uma ferramenta para se usufruir, mas que também é útil para se ter segurança e autonomia. Isto ajudará os seus filhos a entenderem independência financeira.

Ensinar a emprestar e partilhar apenas se estiverem confortáveis.

Costumamos obrigar os nossos filhos a emprestar os brinquedos e partilhar os doces, como se os desejos dos nossos filhos não tivessem importância, e como se as suas coisas fossem bens públicos. Depois zangamo-nos quando, em adultos, eles não conseguem estabelecer limites e dizer "não". Devemos ensinar aos nossos filhos que podem emprestar se quiserem, se estiverem confortáveis, e que, se não quiserem, não são obrigados a emprestar os seus brinquedos. Simultaneamente, não deverão ficar tristes se os amiguinhos não lhes quiserem emprestar os seus brinquedos. O "não" é uma palavra importante que devemos aprender desde pequenos: quer a dizer, quer a aceitar.

Ensinar que não são responsáveis por resolver os problemas dos pais.

Não grite com os seus filhos por eles quererem algo caro demais, ou por você estar com problemas financeiros. Explique com calma que, neste momento, não é possível comprar, e ofereça uma alternativa, como passar tempo de qualidade com eles, que é o que eles mais querem e mais precisam. Combine ir ao parque ou ao cinema com eles e prometa não mexer no seu telemóvel nesse período! Depois, com calma, explique também aos seus filhos que eles são isso mesmo: filhos! E que é responsabilidade dos pais – e nunca dos filhos – cuidar das finanças, da casa, da comida, e de todos os filhos. Deste modo, não criará pessoas que, em adultas, se sentirão responsáveis por toda a família. Não os eduque para serem facilmente manipuláveis. Nem sequer por si!

Para reflexão. Força. Fique bem.

FOLHA TRIBUTÁRIA
EDIÇÃO N.º 86 | SETEMBRO



CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS

AGT
ADMINISTRAÇÃO
GERAL
TRIBUTÁRIA

RESENHA LEGISLATIVA

JANEIRO A SETEMBRO

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
AGT - Administração Geral Tributária
Título: Folha Tributária
Edição: Outubro 2025 - N.º 87
Redacção e Edição:
Gabinete de Comunicação
e Assistência ao Contribuinte (GCAC)

EQUIPA DE TRABALHO:
Braulio E. Assis, Denise Garrocho Panzo,
António Braça, Deolindo Fançony,
Osvaldo Domingos, Tarciso Gourgel,
Raúl Dias, Augusto Delgado
e Felizardo Dias dos Santos.

CONSELHO EDITORIAL:
Ondina Buca, Divel Teixeira,
Hermenegildo Gregório e Fernando Moisés.

AGT DIGITAL:
www.agt.minfin.gov.ao
portaldocontribuinte.minfin.gov.ao
apoio.agt@minfin.gov.ao
Central de Apoio ao Contribuinte:
+244 923 16 70 10
Justinho (Assistente Virtual)
WhatsApp AGT: +244 923 16 70 11